

assistência

COMISSÕES DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (CCIHs) ATUAM PARA REDUZIR RISCOS PARA PACIENTES INTERNADOS

Inimigos invisíveis



Responsáveis por prolongar o tempo de internação de pacientes em hospitais em torno de sete dias segundo estudos, as infecções hospitalares representam ainda custo adicional de 25% aos tratamentos. No Brasil, também são atribuídos a essas infecções cerca de 45 mil óbitos anuais, o que representa 5% de todas as mortes registradas no país em um ano. Aqui ainda é registrada a incidência desse problema em 13% das internações hospitalares, frente à média mundial de 5%, de acordo com o Ministério da Saúde.

A obrigatoriedade de implantação de uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) em todos os hospitais brasileiros foi instituída pela Lei Fede-

ral 6.431, de 1997. As comissões previnem e controlam infecções que acometem pacientes hospitalizados. Entre as principais medidas para evitar complicações nos doentes, estão atitudes simples como a correta higienização das mãos, a limpeza e desinfecção ambiental, o processamento adequado de artigos médico-hospitalares, as precauções de isolamento de doentes e o uso racional de antibióticos.

Entre as estratégias desenvolvidas por uma CCIH estão a busca ativa de riscos nas Unidades de Tratamento Intensivo, de microorganismos em todo o hospital, e a vigilância do cumprimento das medidas de precaução de isolamento de pacientes. Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que o predomínio de infecções hospitalares se dá em unidades de tratamento intensivo. Índices de infecção tendem a ser mais elevados também entre pacientes com idade avançada ou em tratamento quimioterápico. Diversos fatores aumentam o risco de infecções em pacientes oncológicos, que podem estar relacionados a alguma característica específica do tumor ou, de maneira geral, às deficiências nos mecanismos de defesa do organismo consequentes do tratamento.

No Instituto Nacional de Câncer (INCA), existem Comissões de Controle de Infecção Hospitalar em todas as unidades. No Hospital do Câncer I (HC I), a alocação de recursos na adequação das instalações, o suprimento de produtos para higienização das mãos e a produção de material educativo vem contribuindo para aprimorar o controle. “Isso facilita a adesão às recomendações para a prevenção das infecções”, afirma Eduardo Velasco, coordenador da CCIH do HC I. Vânia Maria Gonçalves, integrante da comissão, acrescenta que os Serviços de

Microbiologia, de Farmácia Hospitalar e o trabalho da Divisão de Enfermagem são importantes aliados para o controle das infecções. “Nossas atividades incluem ações de vigilância epidemiológica, educativas e de supervisão sistemática, entre outras”, explica Vânia.

PACIENTE ONCOLÓGICO EM FOCO

Existem algumas ações específicas para a assistência ao paciente oncológico, entre elas a profilaxia antimicrobiana em cirurgias (aplicação de meios para evitar doenças ou sua propagação) e normas e condutas terapêuticas específicas para as infecções. De acordo com o médico Eduardo Velasco, os primeiros passos para a criação da CCIH no INCA foram iniciados em 1979. “Cada vez mais, taxas e indicadores de infecção hospitalar têm sido usados como marcador da qualidade, principalmente quanto à segurança do paciente”, acrescenta Velasco.

Criada em 1987, a Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar (APECIH), instituição sem fins lucrativos, trabalha pela formação e pelo aprimoramento de profissionais de saúde. De acordo com a médica Gláucia Varkulja, membro da Diretoria da entidade, os profissionais que prestam assistência a pacientes com câncer são conscientes da demanda de mais atenção e empenho para evitar a exposição desses pacientes a agentes infecciosos. “A humanização desses serviços é importante, porém, sem se esquecer de certos limites que o paciente com imunidade comprometida necessita”, ressalta.

ACREDITAÇÃO APOSTA EM INDICADORES

O Manual para Acreditação Hospitalar, processo de certificação de qualidade de unidades hospitalares, prevê programas eficazes de controle de infecção. Assim, os padrões para vigilância, prevenção e controle de infecções previstos pela acreditação exigem avaliação de riscos e estabelecimento de metas com base nos resultados para assegurar qualidade no atendimento. O processo movimenta todos os segmentos da instituição e desenvolve estudos para a melhoria dos sistemas. O controle de infecção causa impactos significativos na assistência à saúde, promovendo qualidade e segurança ao paciente e à instituição.

De acordo com Heleno Costa Junior, coordenador de Educação do Consórcio Brasileiro de Acreditação (CBA), as principais medidas adotadas estão relacionadas com o estabelecimento, a análise e a divulgação de resultados obtidos a partir da utilização de

indicadores e ações de controle de infecções. “Com o conhecimento e a discussão de indicadores e seus resultados, os profissionais compreendem melhor o processo e aderem aos protocolos estabelecidos”, avalia. Tudo isso é preconizado por padrões de acreditação internacional aplicáveis a esse grupo de pacientes nas instituições de saúde.

Para o presidente da Organização Nacional de Acreditação (ONA), o médico Luiz Plínio de Toledo, embora não existam protocolos especiais para controle de infecções em hospitais com pacientes oncológicos, no entanto, devido à baixa imunidade desses pacientes e ao risco aumentado de infecções, é necessário um trabalho ainda mais cuidadoso. “Micro-organismos oportunistas, em especial na pele, podem gerar riscos a imunodeprimidos por quimioterapia, ou em casos de pacientes que passam por transplantes de medula óssea”, alerta. |

INFLUENZA

A respeito da pandemia da influenza A (H1N1), mais conhecida como gripe suína, um fator a mais de preocupação inclusive para o ambiente hospitalar, o médico Eduardo Velasco explica que no HC I todos os casos suspeitos são acompanhados. “Cerca de 40 pacientes com casos suspeitos foram internados e, destes, 19 foram confirmados positivos para H1N1 até o momento”, informa.

O infectologista Celso Ferreira Ramos Filho, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), esclarece que, em junho deste ano, a Organização Mundial da Saúde divulgou as recomendações provisórias a respeito da H1N1. “Essas recomendações não apresentam qualquer especificidade quanto a pacientes com câncer, ou a hospitais que os atendam”, observa. Celso ressalta ainda que também o Protocolo de Manejo Clínico e Vigilância Epidemiológica da Influenza (Versão III), divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, em agosto, não menciona orientação sobre a gripe suína em particular para hospitais especializados em cancerologia. “No entanto, as orientações previstas no protocolo devem ser observadas em todos os hospitais, inclusive os que atendem pacientes oncológicos”, observa o infectologista.